

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

O gesto que falta

Os descaminhos da economia, hoje em promíscua rede de conflitos e equívocos, numa irrecorrível convergência para a inflação e a recessão, têm parte de suas origens nos cinco planos heterodoxos dos finais da década de 80 e início da atual, os quais desestruturaram o sistema produtivo e a base de sustentação financeira do crédito de fomento à produção e à transformação.

A parafernália dos congelamentos de preços, dos tabelamentos de ponta, das importações açodadas, da retirada dos subsídios, da criação da TR e das profundas alterações nas regras do jogo bancário levou para as fronteiras do desespero os tomadores de empréstimo de curto e médio prazos. O impacto mais violento foi em cima do crédito rural. Os mútuos tomados ao Banco do Brasil, que já haviam alcançado vários milhões em contratos de custeio e de investimento para o setor agrícola, deprimidos pela avalanche de inadimplências originárias das dificuldades de resgate, reduziram a 650 mil — e com um passivo de litígios judiciais contados em centenas de milhares de ações.

O desdobramento mais dramático de tal estado de coisas alcançou médios e pequenos empresários rurais, com a desativação de expressivos segmentos da força de produção. Uns postos sob o imobilismo do arresto de implementos e outros tantos por cautela e prudência. As taxas de incertezas e o pânico gerado pela ruína financeira, a falência, levantaram um bloqueio às práticas agropecuárias que precisa ser removido com urgência, sob pena de graves danos para o mercado de alimentos.

Para tanto, é inadiável estabelecer normas relativas à renegociação dos débitos, abrindo espaços para ajustes economicamente viáveis que possam ser honrados pelos devedores. A advertência

quanto à perversidade do que se cobra dos agricultores veio da sentença proferida pelo presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, numa palestra proferida na sede da Federação das Indústrias de Brasília: "Nem maconha irrigada, se financiada com os juros correntes, mais a TR, poderia ter a sua cultura viabilizada". Diante de um diagnóstico assim inquestionável, espera-se que o BB logo padronize os acertos com os agricultores em inadimplência, criando condições capazes de garantir viabilidade aos empréstimos.

Tem procedência, portanto, a tomada de posição da Confederação Nacional da Agricultura, juntamente com a Organização das Cooperativas Brasileiras e a Sociedade Rural, entidades com sobras de credenciamento, quando endossam a reivindicação para que as partes restabeleçam um diálogo construtivo e consequente.

Esse gesto de boa vontade não pode nem deve ser procrastinado, pois são graves os riscos que corre o mercado interno, sujeito à grave interrupção no fluxo de alimentos reclamados por 150 milhões de brasileiros. Fazem-se imprevisíveis os efeitos do aprofundamento da crise, se milhares de agricultores forem levados ao protesto judicial. Será a falência em cadeia, sem qualquer possibilidade de ressarcimento para o titular dos créditos levados à rubrica de liquidação duvidosa, o Banco do Brasil.

Uma abertura com o propósito de fazer voltar a parceria entre a agropecuária e o crédito rural tem urgência e prioridade. Deve ser implementada o quanto antes. E o aconselhamento maior nesse sentido vem de 35 milhões de brasileiros famintos que a sociedade e a economia não podem ignorar. E tampouco marginalizar.